

Ao Banco Central do Brasil

Carta de apresentação

Prezados,

Esta carta é remetida para apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais da CREDI-SHOP S/A – Instituição de Pagamento, levantadas e encaminhadas ao Banco Central do Brasil referente ao semestre findo em 31 de dezembro 2022 e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), são compostas por:

Relatório da Administração;
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
Balanço Patrimonial;
Demonstração do Resultado;
Demonstração do Resultado Abrangente;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

A divulgação das demonstrações financeiras da Companhia foi aprovada pela Administração em Ata de Reunião realizada no dia 30 de março de 2023, e publicada no sítio eletrônico www.credishop.com.br em 31 de março de 2023.

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório do Auditor Independente referente às demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Teresina (PI), 31 de março de 2023



Idomá Gomes de Oliveira
Gerente de Controladoria
CRC – PI nº 004874/O-9 T PA



Luís Aécio Germano Magalhães
Diretor Superintendente

CREDI-SHOP S. A. –INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

CREDI-SHOP S. A. – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório da administração
(Valores expressos em milhares de reais)

A administração da CREDI-SHOP S/A – Instituição de Pagamento (“CREDI-SHOP”) tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Perfil corporativo

A CREDI-SHOP atua, desde 19/11/1999, de forma preponderante no meio-norte do Brasil, onde tem participação destacada. É uma plataforma multilateral que conecta os usuários de seu instrumento de pagamento - cartão de crédito - a uma ampla rede de aceitação [estabelecimentos comerciais]. A proposta de valor da empresa está baseada em oferecer acessibilidade, conveniência, disponibilidade e segurança a todos integrantes de seu ecossistema. Os serviços são distribuídos e viabilizados em unidades próprias, lojas parceiras e canais digitais.

Ambiente de negócios

O ano de 2022, apesar da gradual reconfiguração do ambiente de negócios em um cenário de saída da pandemia, ainda foi marcado por importantes desafios. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve um avanço de 2,9%, mas com perda de tração no último trimestre – queda de 0,2%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, fechou 2022 com uma taxa de 5,79%. O volume de vendas do comércio varejista, segundo dados da PMC (Pesquisa Mensal do Comércio) elaborada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apresentou crescimento de 1%, o pior resultado do setor desde 2016. O país registrou ainda 69,4 milhões de brasileiros inadimplentes em 2022, resultado 7,8% maior do que no ano anterior. Esse número representa 42,76% da população adulta do Brasil, de acordo com o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas do Serasa. Segundo a PEIC (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, de iniciativa e divulgação pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo, o endividamento atingiu 77,9% das famílias brasileiras.

Indicadores de desempenho econômico

Os principais indicadores de desempenho econômico apresentados nas Demonstrações dos Resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foram:

Principais indicadores	31/12/2022	31/12/2021	2022/2021	
			Expansão	Retração
Receita operacional líquida	115.864	117.050		-1,0%
Resultado financeiro líquido de tributos (NE 16)	42.994	16.600	159,0%	
Receitas totais líquidas - RTL	158.858	133.650	18,9%	
Volume financeiro das transações	2.100.619	2.062.530	1,8%	
Quantidade de transações capturadas	12.897	13.521		-4,6%
Ticket médio de compras em reais, no período	162,88	152,54	6,8%	
Lucro Líquido - LL	29.947	28.692	4,4%	

CREDI-SHOP S/ A – Instituição de Pagamento
CNPJ MF 62.895.230/ 0001-13

Demonstrações Financeiras Individuais para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Observamos uma retração de 1,00% na Receita Operacional Líquida na comparação dos exercícios de 2022 com 2021, porém o Resultado financeiro líquido de tributos expandiu 159,0%, impulsionado especialmente pela elevação da taxa média da Selic, ocasionando uma expansão de 18,9% nas Receitas totais líquidas – RTL. A expansão do Volume financeiro das transações de 1,8%, a expansão de 6,8% no Ticket médio de compras, colaboraram com a expansão do Lucro Líquido em 4,4% pp.

Desempenho financeiro – Liquidez

O índice de liquidez corrente (AC/PC) e o Capital Circulante Líquido (AC – PC), nos exercícios analisados, apresentam expansão no volume financeiro das transações e evidenciam um histórico de melhoria contínua no desempenho financeiro da Companhia.

Índice de liquidez corrente		31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante	AC	668.168	613.732
Passivo Circulante	PC	384.442	356.553
Capital circulante líquido	CCL=(AC-PC)	283.726	257.179
Índice de liquidez corrente		1,74	1,72

Crítérios contábeis e fiscais adotados na contabilização das perdas e provisões nos recebíveis

A administração desde o início da pandemia, intensificou os cuidados no controle, na liberação e na concessão do crédito por causa do alto risco da inadimplência, e vem mantendo essa política sem perspectivas de afrouxamento ou abrandamento na liberação do crédito.

A partir de junho de 2020 as operações de crédito a vencer com valores inferiores a R\$ 50 (cinquenta mil reais) foram classificadas como risco “AA” conforme determina o Art. 5º da Resolução nº 2.682/99, e por conservadorismo foi aplicado o percentual de 0,5% para cálculo da PECLD.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – PECLD

Dias de atraso	Níveis Riscos	Bacen %	Contas a receber	Critério	
				Bacen 31/12/2022	Contas a receber 31/12/2021
A Vencer	AA	0,5%	413.128	2.066	391.594
15 dias	A	0,5%	36.679	183	39.814
30 dias	B	1,0%	27.056	271	30.271
60 dias	C	3,0%	7.809	234	8.288
90 dias	D	10,0%	5.183	518	6.017
120 dias	E	30,0%	4.726	1.418	5.947
150 dias	F	50,0%	4.703	2.352	4.383
180 dias	G	70,0%	4.189	2.795	3.875
Acima 180	H	100,0%	3.949	3.949	3.236
Contas a receber			507.422	13.786	493.425
Acima 180	HH	100,0%	9.039		6.817
Contas a receber			516.461		500.242
(-) Saldo inicial da provisão no início do exercício				13.236	
Complemento da provisão - PECLD no exercício				550	7.378

Salários, encargos e serviços terceirizados

As despesas com salários e encargos, cursos e treinamentos e a prestação de serviços terceirizados no exercício de 2022 reduziram nominalmente em relação a Receita Total Líquida em -3,1% pp. No exercício de 2021 representavam 36,8% da Receita Total Líquida e reduziu para 33,7% no exercício de 2022. As despesas com salários, encargos e terceirizados aumentaram R\$ 4.305 e a Receita Total Líquida aumentou R\$ 25.208 correspondendo a +18,9%.

Demonstrações Financeiras Individuais para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	31/12/2022	31/12/2021	Evolução das despesas	
Receita total líquida - RTL	158.858	133.650	25.208	
Expansão das receitas líquidas	18,9%			
Despesas com salários e encargos	38.053	34.120	3.933	11,5%
Cursos e treinamentos	303	226	77	34,1%
Terceirização da cobrança	2.232	3.231	(999)	-30,9%
Terceirização da vigilância e limpeza	1.515	1.246	269	21,6%
Transporte de valores	1.216	1.413	(197)	-13,9%
Serviços de gestão de segurança cibernética	1.731	1.105	626	56,7%
Serviços de manutenção e desenvolvimento de aplicações	1.929	1.816	113	6,2%
Serviços de business analytics	540	445	95	21,3%
Serviços de consultoria jurídica e regulatória	991	1.210	(219)	-18,1%
Demais serviços de tecnologia da informação	1.924	1.287	637	49,5%
Demais serviços prestados por terceiros	2.183	2.552	(369)	-14,5%
Demais serviços técnicos e profissionais	926	588	338	57,5%
Salários, encargos e terceirizados	53.543	49.239	4.304	8,7%
% s/ o Total das receitas líquidas - RTL	33,7%	36,8%	-3,1% pp	Redução
Quantidade média de funcionários	642	627	2,4%	Expansão

Desenvolvimento do Negócio

De acordo com o direcionador estratégico de expandir negócios e desenvolver a rede, no início do segundo semestre de 2022, a Credi-shop passou a atuar em 02 (novos) Estados da federação - PE e BA – na região do Submédio São Francisco. Adicionalmente, foi viabilizada uma aliança com varejista do segmento alimentício, com mais de 30 pontos de vendas nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, para distribuição de cartões a seus clientes. A combinação dessas iniciativas com campanhas comerciais no último trimestre do ano, culminaram com um aumento no número de propostas solicitadas de 16,41% em comparação com 2021.

Buscando aprimorar as capacidades e os mecanismos de interação com os clientes, foram adicionadas funcionalidades na Atendente Virtual – Inteligência Artificial/Chatbot, **Ana**, para facilitar as negociações de débito dos usuários do cartão Credishop, além dos serviços de conveniência já oferecidos anteriormente: acompanhamento de propostas, informações gerais da conta do cliente, informações aos estabelecimentos, sugestões e fale conosco.

ESG - Iniciativas que dão futuro

Com o compromisso de manter boas práticas internas e, ao mesmo tempo, gerar resultados positivos para a sociedade e para o planeta, a Credi-Shop tem adotado em sua rotina de trabalho iniciativas ESG (Environmental, Social and Governance), que hoje já estão incorporadas à rotina da empresa e são pensadas em conjunto com todo o time Credi-shop. Abaixo listamos algumas práticas desenvolvidas de forma contínua, correlacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) divulgadas pela ONU.

Environmental (Meio Ambiente)

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

A Credi-Shop adota práticas efetivas de redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso de materiais, notadamente os que dizem respeito ao papel, plástico e eletrônicos.

Demonstrações Financeiras Individuais para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

O propósito de minimizar os efeitos das mudanças climáticas tem sido integrado nos processos corporativos e a Credi-Shop como empresa responsável busca torná-los cada vez mais ambientalmente sustentáveis, promovendo ações como: a criação de uma consciência ambiental entre seus colaboradores; implantação de coleta seletiva de resíduos; recolhimento e reaproveitamento de papel e papelão por instituições sociais que trabalham com reciclagem; descarte ambientalmente correto do resíduo eletrônico; iniciativas para reduzir o consumo de papel com uso responsável da impressora e incentivo aos clientes pela opção da fatura digital; disponibilização dos relatórios de ponto dos colaboradores no formato digital; distribuição de squeezes aos colaboradores para reduzir o uso de copos descartáveis; e comunicação interna voltada ao consumo consciente da energia e de água nas instalações da empresa.

Social (Social)

ODS 3 – Saúde e Bem-estar; ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 10 – Redução da Desigualdade

A valorização do ser humano é uma das prioridades da empresa e faz parte da construção da sua história. A preocupação com as desigualdades, a inclusão social por meio da concessão de crédito a clientes desbancarizados, o respeito à diversidade, o compromisso com colaboradores através de programas e práticas que promovem qualidade de vida e valorização do coletivo que, inclusive, colocaram a Credi-Shop em destaque no ranking de melhor empresa para se trabalhar no Piauí e no de Instituições Financeiras do Brasil.

Além disso, nossas práticas voltadas para o cuidado com a saúde mental e emocional renderam à Credi-Shop o reconhecimento com o selo destaque Saúde Emocional pela Jungle no ranking da categoria Instituições Financeiras em parceria com o GPTW.

Desenvolvemos ações que cuidam do equilíbrio entre vida profissional e pessoal dos colaboradores por meio do Programa Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), com ações mensais e continuadas em dimensões relacionadas ao trabalho, família, saúde, social, psicológico e financeiro. Merece destaque ações com o Programa de Educação Financeira, check-up médico, ginástica laboral, acompanhamento com fonoaudióloga, benefícios como Gympass, análise ergonômica, aplicação de pesquisa de clima e ações de melhoria do clima.

Na vertente social, a empresa atua ainda com o apoio a projetos voltados ao desenvolvimento de crianças e adolescentes e a inserção cultural de crianças provenientes de classes menos favorecidas. Essa iniciativa também rendeu à empresa outro importante reconhecimento: o Selo Empresa Amiga da Criança pela Fundação Abrinq (Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos).

A Credi-Shop também fortalece seu papel junto à comunidade, através da promoção de ações que estimulam donativos e visitas a instituições sociais: asilos, creches, casas de recuperação de dependentes e doações para instituições filantrópicas.

Anualmente no mês de dezembro, através da campanha Natal Solidário, a empresa transfere um percentual das compras feitas com cartão Credishop para instituições sociais, eleitas democraticamente pelos seus clientes.

A Credi-Shop oportuniza condições para promover equidade de condições de trabalho para todos, por isso adota práticas efetivas de inclusão e integralidade, com destaques para a participação das mulheres em seu quadro funcional, inclusive em postos de liderança e gestão e inclusão de pessoas portadoras de deficiência.

No mês das mulheres de 2022, a Credi-Shop lançou uma plataforma “Acreditar Nelas”, direcionada para as mulheres, com objetivo de inspirar, qualificar e conectar as mulheres empreendedoras que compõem o mercado, ofertando cursos com profissionais de referência, dicas e ferramentas que auxiliam neste crescimento, tudo isso disponível no site. www.acreditarnelas.com.br/

Demonstrações Financeiras Individuais para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Anualmente são realizados cursos de libras para os colaboradores, são também disponibilizado tradutor de libras nos computadores da empresa e as ações internas têm a presença de intérpretes de libras.

A empresa é também uma escola reconhecida de oportunidades para jovens em situação de primeiro emprego.

Em seu quadro de pessoal, outra boa constatação diz respeito ao tempo médio dos colaboradores na empresa, que é de 6 anos, resultado que demonstra uma forte cultura humanizada com programas que valorizam as pessoas e reforçam os vínculos com a empresa.

Governance (Governança)

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

A Credi-Shop realiza ações voltadas à adoção de boas práticas de governança com o objetivo de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da empresa, prezando pela solidez, longevidade, qualidade da gestão e o bem comum.

Em 2022, destacaram-se iniciativas voltadas ao aprimoramento da governança em tecnologia da informação (TI), com assessoramento de consultorias renomadas para aprimoramento das práticas de desenvolvimento de sistemas, segurança cibernética, implementação de políticas, e fomento da agenda de inovação e transformação.

Outra importante medida de governança adotada em 2022 foi a criação de uma nova Diretoria no componente organizacional da empresa voltada ao Crédito e Recuperação de Crédito, com eleição de Diretor especializado e experiente nessas áreas.

A Credi-Shop adota, ainda, medidas de transparência e prestação de contas, assessoramento à Diretoria por meio de comitês voltados à tecnologia da informação, riscos, compliance, auditoria, ética e conduta, contratação de consultorias renomadas para apoio na tomada de decisão em questões relevantes; promoção de políticas e ações voltadas ao aprimoramento dos programas de privacidade e segurança de dados e prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo e canal de denúncia independente para relatos de irregularidades ou desvios de conduta.

Contamos, ainda, com a contratação de auditoria renomada para as demonstrações financeiras, além de contratação de serviços de auditoria interna por meio de empresa especializada e com equipe de profissionais multidisciplinar, e contratação de serviços profissionais para gerenciamento de riscos e controles internos.

Anualmente, acontece a *Semana de Compliance*, com envolvimento dos colaboradores em diversos níveis hierárquicos, com objetivo de promover e fortalecer a cultura da ética e integridade da Credi-Shop. Em 2022, esse evento abordou temas como segurança da informação, ética comportamental, assédio no ambiente corporativo e temas relacionados ao Código de Conduta.

Práticas de gestão e cultura

Diante de um ambiente de transformações tecnológicas, mudanças nas demandas regulatórias e crescente competitividade no mercado, permanecemos em nossa jornada de inovação e maturidade da governança. Tal processo se funda no foco no cliente, aprimoramento continuado e respeito a nossa gente.

No que diz respeito às práticas de gestão de pessoas, destacamos: continuidade dos vídeos na plataforma de educação corporativa, programa planejado de treinamento, continuidade das ações do comitê de saúde em resposta às diversas doenças, especialmente as de espectro psicológico, com maior ênfase na prevenção e segurança.

Melhorias Contínuas e Investimentos de TI

Realizamos investimentos para tratar os temas de segurança cibernética e proteção de dados com a seriedade necessária. Além disso, iniciamos ações voltadas à cultura da agilidade e da modularização na arquitetura de sistemas.

CREDI-SHOP S/ A – Instituição de Pagamento
CNPJ MF 62.895.230/ 0001-13

Demonstrações Financeiras Individuais para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Na perspectiva de atender os clientes onde, quando e como desejarem, temos, com o auxílio da tecnologia, aprimorado nossos canais de interação, seja em dar maior capilaridade e agilidade aos pontos de atendimento físicos ou trazer maiores funcionalidades aos nossos meios digitais de atendimento – app, chatbot, site.

Ainda no que diz respeito ao eixo tecnológico, a Companhia tem realizado constantes iniciativas, de forma a prover segurança, escala e estabilidade em seus serviços. No período, foram feitos investimentos em ecossistema de segurança da informação com seis ferramentas integradas; infraestrutura de hiperconvergência e hibridização em nuvem; API de pagamentos e revitalização do sistema integrado de gestão empresarial (ERP).

A CREDI-SHOP em sua jornada de adaptação digital manteve seu relacionamento com a Gartner de modo a assessorá-la em toda arquitetura de aplicações voltadas para o seu público.

No exercício de 2022 foram gastos R\$ 5.347 (R\$ 4.371 no exercício de 2021), com as áreas de: gerenciamento de riscos, auditoria interna e auditoria das demonstrações financeiras, serviços de tecnologia da informação, advocacia especializada em normas regulatórias, consultoria especializada nas áreas de PLDFT e LGPD, e suporte técnico do sistema SAP, conforme descrição abaixo:

Gastos com implantação e aprimoramento das áreas de governança:		31/12/2022	31/12/2021
Gestão de riscos	Identificação, mensuração e classificação de riscos operacionais: de créditos e Liquidez.	283	258
Auditorias	Auditoria interna e externa independente	556	511
Assessoria Jurídica	Advocacia Especializadas em normas regulatórias do BACEN	59	60
PLDFT e regulatório	Consultoria especializada em PLDFT; Licenças de Sistemas e Serviços de Acompanhamento Regulatório.	329	1.657
Sistema de gestão Integrado	Suporte técnico do sistema de gestão Sap Gestão contábil e financeira	3.867	1.250
LGPD	Assessoria e consultoria Jurídica	41	339
Gestão do capital humano	Especializado em capital humano, folha, treinamento e desenvolvimento, benefícios, avaliação de desempenho, medicina do trabalho e jurídica	212	296
Total dos gastos com implantação e aprimoramento das áreas de governança		5.347	4.371

Imobilizado

A CREDI-SHOP com o propósito de modernizar suas atividades, imobilizou no exercício de 2022 recursos no valor de R\$ 5.168 (R\$ 5.317 no exercício de 2021), distribuídos da seguinte maneira (NE 6.2):

Aquisições de imobilizado de uso e intangível	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos de informática	1.658	1.154
Móveis e utensílios	154	80
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	49
Licenças e direito de uso de softwares	3.356	4.034
Total das aquisições no período	5.168	5.317

Relacionamento com Auditores Independentes

Em consonância com Instrução Normativa BCB nº 236, de 17/02/2022, art. 5º, II, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da **BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples Ltda.**

Demonstrações Financeiras Individuais para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A Política da CREDI-SHOP na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade, para tanto adota os princípios internacionalmente aceitos, sendo: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Declaração da Diretoria

Em observância as disposições constantes no art.45, da Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020, a Diretoria declarou que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente sobre as referidas Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples Ltda.

Estrutura Organizacional

A Estrutura Organizacional em 31/12/2022 era composta por 706 funcionários (606 em 31/12/2021), sendo: 45% com formação no ensino médio completo ou menos, 21% com curso superior incompleto, 25% com curso superior completo e 9% com pós-graduação/especialização.

Eventos subsequentes e significativos

A administração da Companhia avalia de forma constante os cenários da economia e ações governamentais que possam impactar no seu segmento de atuação, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos negativos em seu ambiente de negócios, notadamente a atuação do Banco Central do Brasil em manter sua política de alta de taxa de juros em patamar contracionista, de modo que os principais indicadores de desempenho econômico e financeiro permanecerão indefinidos.

Aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022 (PEC da Transição)

O Congresso aprovou a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, que determina por um ano a ampliação do teto de gastos em R\$ 145 bilhões. Chamada de PEC da Transição, o texto destina R\$ 70 bilhões para que o governo mantenha o pagamento do benefício social de R\$ 600 reais por família cadastrada no programa que volta se chamar *Bolsa Família* e do adicional de R\$ 150 reais para cada criança de até 6 anos de idade. A manutenção desses recursos para proteção social de pessoas em situação de vulnerabilidade, e os esforços para controle da inflação, poderão manter o poder aquisitivo da classe E, população alvo usuários do cartão Credi-Shop.

Por fim, segundo informações da Câmara dos Deputados (disponível em www.camara.leg.br), também são previstos R\$ 23 bilhões com recursos das receitas extraordinárias. Com isso, o impacto total no orçamento de 2023 é de R\$ 168 bilhões. Portanto, além das verbas destinadas para o *Bolsa Família*, serão alocados recursos para outras áreas consideradas deficitárias como Saúde, Educação e Habitação. Também serão destinados R\$ 6,8 bilhões para aumento do salário-mínimo.

ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Credi-Shop S.A. – Instituição de Pagamento
Teresina – PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Credi-shop S.A. – Instituição de Pagamento** (“**Instituição**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Credi-Shop S.A. – Instituição de Pagamento** em 31 de dezembro de 2022 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado em 28 de março de 2022, que não conteve nenhuma modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - - S - PI



Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - PI

Balancos Patrimoniais
Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVOS	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		668.168	613.732
Caixa e equivalentes de caixa	4	201.309	163.083
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	5	478.602	461.958
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(13.786)	(13.236)
Créditos tributários		26	26
IRPJ e CSLL		16	16
Outros impostos		10	10
Outros valores e bens		862	572
Material em estoque		1.155	1.329
NÃO CIRCULANTE		15.332	15.849
Realizável a longo prazo		350	339
Depósitos Judiciais		350	339
Imobilizado de uso	6 e 6.1	9.799	9.939
Intangível	6.2	5.183	5.571
TOTAL DO ATIVO		683.500	629.581
PASSIVOS	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		384.442	356.553
Obrigações por transações de pagamentos	3.2.1	362.145	339.133
Fornecedores		2.365	1.886
Salários a pagar		806	567
Obrigações tributárias	7	8.486	8.661
Provisão para contingências	8	701	508
Provisões e demais obrigações	9	2.827	2.526
Dividendos mínimos obrigatórios	11.3	7.112	3.272
NÃO CIRCULANTE		13.548	13.623
Exigível a longo prazo		13.548	13.623
Partes relacionadas - Cessão de Créditos Fiscais — PRT	10	13.360	13.360
Parcelamentos tributários		188	263
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	285.510	259.405
Capital Social		262.676	242.992
Capital realizado	11.1	262.676	242.992
Reserva legal	11.2	1.497	6.598
Reserva especial de lucro	11.3	21.337	-
Dividendos adicionais propostos	11.3	-	9.815
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		683.500	629.581

Demonstrações dos Resultados

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ações)

	Notas Explicativas	2º semestre 2022	Exercícios	
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	58.384	115.864	117.050
(-) Custo dos serviços prestados	14	(32.362)	(60.470)	(56.381)
LUCRO BRUTO		26.022	55.394	60.669
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(11.831)	(20.192)	(13.698)
Com vendas		(3.155)	(5.036)	(2.730)
Administrativas		(5.259)	(8.787)	(6.213)
Tributárias		(532)	(1.072)	(588)
Depreciação e amortização		(2.885)	(5.297)	(4.167)
(Perdas) no recebimento de créditos		(23.066)	(46.338)	(8.086)
Recuperação de créditos baixados como perdas		10.388	20.650	8.307
(Provisão) para créditos de liquidação duvidosa - PECLD		434	(550)	(7.379)
(Provisão) Reversão da provisão para contingências	8	(224)	(193)	(424)
LUCRO OPERACIONAL (ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO)		1.723	8.771	39.389
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO DE TRIBUTOS	16	23.319	42.994	16.600
Receitas financeiras		27.115	50.185	23.589
Despesas financeiras		(3.796)	(7.191)	(6.989)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		25.042	51.765	55.989
Imposto de renda e contribuição social: corrente	15	(10.633)	(21.818)	(27.297)
Imposto de renda da pessoa jurídica		(6.470)	(13.447)	(16.121)
Contribuição social sobre o lucro líquido		(4.163)	(8.371)	(11.176)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		14.409	29.947	28.692
Quantidade por lote de mil ações na data do balanço		63.027	63.027	62.277
Lucro Líquido básico por ações atribuível aos acionistas R\$		0,2286	0,4751	0,4607

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre 2022	Exercícios	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	14.409	29.947	28.692
(+/-) Resultado abrangente do período	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	14.409	29.947	28.692

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Dividendos Adicionais	Reserva Especial de Lucros	Lucros Acumulados	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo, 31 de dezembro de 2020	200.819	5.163	21.002	-	-	226.984
Aumento de Capital - AGO 29/04/2021	21.002	-	(21.002)	-	-	-
Proposta de destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do 1º semestre de 2021	-	-	-	-	14.916	14.916
Reserva Legal	-	746	-	-	(746)	-
Dividendos mínimo obrigatórios	-	-	-	-	(3.542)	(3.542)
Dividendos adicionais propostos	-	-	10.628	-	(10.628)	-
Saldo, 30 de junho de 2021	221.821	5.909	10.628	-	-	238.358
Aumento de capital - deu-se por conversão de saldos de dividendos destinados em 2020	10.543	-	-	-	-	10.543
Aumento de capital - AGO 30/09/2021	10.628	-	(10.628)	-	-	-
Proposta de destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do 2º semestre de 2021	-	-	-	-	13.776	13.776
Reserva legal	-	689	-	-	(689)	-
Dividendos mínimo obrigatórios	-	-	-	-	(3.272)	(3.272)
Dividendos adicionais propostos	-	-	9.815	-	(9.815)	-
Saldo, 31 de dezembro de 2021	242.992	6.598	9.815	-	-	259.405
Aumento de Capital - AGO/AGE 25/04/2022	16.413	(6.598)	(9.815)	-	-	-
Proposta de destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do 1º semestre de 2022	-	-	-	-	15.538	15.538
Reserva legal	-	777	-	-	(777)	-
Dividendos mínimo obrigatórios	-	-	-	-	(3.690)	(3.690)
Constituição de reserva especial de lucro	-	-	-	11.071	(11.071)	-
Saldo, 30 de junho de 2022	259.405	777	-	11.071	-	271.253
Aumento de Capital - AGO/AGE 25/04/2022	3.271	-	-	-	-	3.271
Proposta de destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do 2º semestre de 2022	-	-	-	-	14.409	14.409
Reserva legal	-	720	-	-	(720)	-
Dividendos mínimo obrigatórios	-	-	-	-	(3.423)	(3.423)
Constituição de reserva especial de lucro	-	-	-	10.266	(10.266)	-
Saldo, 31 de dezembro de 2022	262.676	1.497	-	21.337	-	285.510

CREDI-SHOP S/ A – Instituição de Pagamento
CNPJ/MF 62.895.230/ 0001-13

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos milhares de Reais)

	2º semestre 2022 31/12/2022	Exercícios 31/12/2022 31/12/2021	
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(42.252)	(10.332)	(38.902)
Recebimentos	93.547	181.980	156.769
Serviços prestados	66.432	131.795	133.180
Juros e encargos	27.115	50.185	23.589
Pagamentos	135.799	192.312	195.671
Antecipações aos estabelecimentos comerciais	74.164	74.164	78.891
Fornecedores de bens e serviços	14.129	28.381	27.206
Salários e pró-labore	16.675	28.481	26.223
Tributos e encargos sociais	23.296	48.149	52.940
Despesas operacionais	5.275	8.860	6.579
Serviços bancários e depósitos judiciais	2.260	4.277	3.832
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.269)	(5.216)	(5.317)
Investimento no imobilizado	(1.125)	(1.861)	(1.283)
Investimento no intangível	(1.144)	(3.355)	(4.034)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	69.479	53.774	39.752
Recebimentos (Pagamentos)	69.479	53.774	39.752
Antecipações aos estabelecimentos comerciais	71.224	78.891	59.433
Antecipações de recebíveis dos usuários de cartões	11.064	11.064	12.663
Recursos oriundos dos usuários da Conta Garantida — Cláusula mandato	(2.096)	(2.946)	15.341
Recursos aplicados nas antecipações e Capital de Giro	(21.101)	(53.885)	(55.992)
Recuperação de perdas baixadas como prejuízos	10.388	20.650	8.307
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA	24.958	38.226	(4.467)
Disponibilidades de caixa em 31/12/2020			167.550
Disponibilidades de caixa em 31/12/2021		163.083	163.083
Disponibilidades de caixa em 30/06/2022	176.351		
Disponibilidades de caixa em 31/12/2022	201.309	201.309	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A **CREDI-SHOP S/A – Instituição de Pagamento** (“Companhia” ou “CREDI-SHOP”), exerce atividades de administração de cartões de crédito, com sede na Av. Frei Serafim, 2.648, Bairro Ilhotas, CEP 64.001-020, na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

A Companhia tem por objeto social: A emissão e a administração de instrumentos de pagamento pós-pagos (cartões de crédito), próprios ou de terceiros; a obtenção, em nome e por conta dos titulares de cartão de crédito, de financiamentos junto a instituições financeiras; a concessão de aval ou fiança às partes integrantes do negócio de cartão de crédito; a formação e utilização de cadastro, serviços de cobrança em nome e por conta de terceiros; a promoção de vendas, negócios e serviços de consultoria técnica, administrativa e de viabilidade econômica, bem como participação societária em outras sociedades, direta ou indiretamente.

Em 23/08/2018, o Banco Central **autorizou o Pedido para Funcionamento do Arranjo de Pagamento CREDI-SHOP, Pós-Pago, de Compra, Doméstico**. Em 30/12/2021 o arranjo de pagamento Credishop deixou de ser considerado como integrante do Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB) e, por conseguinte, deixou de ter obrigatoriedade de autorização por parte do Banco Central do Brasil (BACEN ou BCB), nos termos da Resolução BCB n.º 150, de 6 de outubro de 2021 e Comunicado n.º 38.131, de 30 de dezembro de 2021.

Em 17/07/2019, conforme publicação no Diário Oficial da União, o BACEN aprovou a CREDI-SHOP a funcionar como Instituição de Pagamento – IP na modalidade de **Emissor de Instrumento de Pagamento Pós-Pago**.

Em função da aprovação do BACEN para CREDI-SHOP atuar como Instituição de Pagamento – IP a Companhia passou a adotar os critérios, procedimentos e as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e de acordo com a Resolução BCB n.º 2 de 12/08/2020, que consolidou os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e Resolução BCB n.º 120 de 27/07/2021, que estabeleceu os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, a serem observados pelas Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. Base de preparação das Demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade As demonstrações contábeis foram autorizadas pela administração em 31 de março 2023, tendo sido preparadas de acordo com as **NBC,s - Normas Brasileiras de Contabilidades**, observando as diretrizes emanadas pela Lei das Sociedades por Ações n.º 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional (CMN), observado o disposto na Resolução BCB n.º 2, 12/08/2020 e Resolução BCB n.º 120, 27/07/2021, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, em consonância com os seguintes pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados e recepcionados pelo Banco Central, conforme art. 5º da Resolução BCB n.º 2 em vigor desde 01/01/2021 e art. 2º da Resolução BCB n.º 120 em vigor desde 01/01/2022. A adoção dos pronunciamentos a seguir listados não divergem das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

- Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

- Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;
- Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- Pronunciamento Técnico CPC 24 – Evento Subsequente;
- Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação;
- Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, e
- Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

2.1.1 Demonstração do Resultado

A CREDI-SHOP adotou a forma comparativa de divulgação das Demonstrações contábeis, observou as disposições contidas no art. 42 da Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020 e optou por utilizar o modelo de demonstração de resultado previsto no artigo 187 da Lei 6.404/76 em consonância com as **NBC,s – Normas Brasileiras de Contabilidade – Resolução do CFC 1.374 NBC TG**, em substituição aos modelos padronizados definidos no COSIF, especificando, as informações mínimas estabelecidas no art. 24 da Resolução BCB nº 2. A Credi-Shop não exerce nenhuma operação de intermediação financeira, por isso aplicou o disposto no Art. 30 da Resolução BCB nº 2, que estabelece que a nomenclatura das contas utilizadas e sua ordem de apresentação podem ser modificadas de acordo com a natureza das atividades da instituição, desde que a nova estrutura de contas forneça informação mais relevante para a compreensão da sua situação patrimonial e financeira, do seu desempenho e dos fluxos de caixa.

2.1.2 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado nas notas explicativas seguintes. O custo histórico é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos e passivos.

2.3 Moeda funcional de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação, e todos os valores convertidos para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades de caixa são avaliadas pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis às de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

3.2 Valores a receber relativos a transações de pagamentos

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos usuários dos cartões de crédito, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Especificamente quanto às contas a receber de usuários e a pagar aos estabelecimentos comerciais, podem ser assim resumidas:

As contas a receber proveniente dos usuários do cartão CREDI-SHOP são contabilizados e reconhecidos de acordo com Plano de Contas – COSIF, na medida que as compras são efetuadas nos estabelecimentos comerciais.

Se, na data do vencimento da fatura não ocorrer sua liquidação a CREDI-SHOP de acordo com a cláusula mandato expressa no contrato do associado, obtém junto as instituições financeiras o financiamento necessário para suprir a falta do pagamento e liquidar os compromissos assumidos com os estabelecimentos comerciais. Simultaneamente, procede-se o lançamento contábil dos empréstimos por conta e ordem dos usuários de acordo com a cláusula mandato expressa no contrato do associado numa conta redutora evidenciando que esses empréstimos serão liquidados pelos usuários dessas contas garantidas junto as instituições financeiras.

3.2.1 Obrigações por transações de pagamentos

As contas a pagar aos estabelecimentos comerciais são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização quanto aplicável. Os pagamentos ocorrem após trinta e dois dias da data da compra, no caso de parcelamento as parcelas são pagas a cada trinta e dois dias, também a partir da data da compra. O estabelecimento comercial poderá solicitar uma antecipação desses pagamentos à CREDI-SHOP, que dispor de recursos financeiros antecipará os valores solicitados de acordo com a taxa de desconto contratada até o limite de 2 (duas) vezes a taxa SELIC.

3.2.2 Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamentos

As provisões para perdas estimadas com devedores duvidosos - PECLD são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela legislação fiscal, juntamente com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, as quais leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco e os percentuais esperados de perda. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base na Resolução CMN nº 2.682/1999.

3.3 Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando aplicável.

3.4 Imobilizado de uso

Os ativos imobilizados de uso são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa nº 6. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável, os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso adotados pela CREDI-SHOP estão de acordo com a Resolução BCB nº 6, de 12/08/2020, em vigor desde 01/01/2021.

3.5 Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas, os critérios e os procedimentos para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível adotados pela CREDI-SHOP estão de acordo com Resolução BCB nº 7, de 12/08/2020, em vigor desde 01/01/2021.

3.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes reconhecem os rendimentos “*pro-rata temporis*”, na forma prevista no art. 7º da Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021, em vigor a partir de 01/01/2022, quando aplicável, e são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

3.7 Demais passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Administradora possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, de contingências passivas adotados pela CREDISHOP estão de acordo com a Resolução BCB nº 9, de 12/08/2020, em vigor desde 01/01/2021.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nos lucros tributáveis, de acordo com a legislação tributária brasileira, à taxa de 15% de imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 60 (mil), por trimestre, e 15% de contribuição social no período de 01/01/2022 até 30/09/2022 e 16% a partir de 01/10/2022 até 31/12/2022.

Não existem estoques de prejuízos fiscais ou adições ou exclusões temporárias que determinassem o cálculo e registro de eventuais créditos tributários.

3.10 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários benefícios como: plano de saúde, assistência odontológica, bolsa auxílio estágio, seguro de vida, cursos e treinamentos, vale-transporte e vale-refeição, aconselhamento psicológico e jurídico, programa corporativo de academia e atividades esportivas, auxílio na aquisição de enxoval para bebês dos colaboradores, acompanhamento de fonoaudiólogo e ginástica laboral. Esses custos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.11 Destinação do resultado

A Reserva Legal é constituída na forma da Lei, sendo 5% do Lucro Líquido, após sua constituição, é calculado o dividendo mínimo obrigatório, em 25% do Lucro Líquido remanescente, sendo registrado como passivo circulante na rubrica “Dividendos mínimos obrigatórios”, por ser considerada como uma obrigação estatutária, conforme art.13 da Resolução BCB nº 66 de 26/01/2021, em vigor a partir de 01/01/2022.

A parcela dos dividendos superior ao mínimo obrigatório é registrada de forma segregada como “Reserva especial de lucro”, no patrimônio líquido, conforme art. 14 da Resolução BCB nº 66 de 26/01/2021, em vigor a partir de 01/01/2022.

3.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, conforme alínea “a” do inciso III do § 1º do art. 8º da Resolução BCB nº 2. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. As receitas decorrentes de captura das transações com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. A receita de serviços prestados para estabelecimentos credenciados comerciais é reconhecida no resultado quando da prestação dos serviços. A receita com repasse antecipado aos estabelecimentos credenciados é reconhecida “*pro-rata temporis*” considerando os seus prazos de vencimento, na forma prevista no art. 7º da Resolução BCB nº 120.

3.13 Redução do valor recuperável dos ativos

Anualmente é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização.

3.14 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxa de juros explícitas ou implícitas.

3.15 Resultados não recorrentes

Correspondem a elementos do resultado da Companhia que não estejam relacionados as suas operações ou que estejam relacionados apenas incidentalmente, cuja ocorrência se estime não ser frequente em exercícios futuros, e cujo valor supere ao nível de materialidade adotado pela administração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	428	407
Banco conta movimento	5.341	2.692
Aplicações financeiras	195.540	159.984
Total de caixa e quivalentes de caixa	201.309	163.083

5. Valores a receber relativos a transações de pagamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Usuários dos cartões de crédito	516.461	500.241
Cobranças efetuadas por terceiros	984	1.581
Conta Garantida- usuários de cartões de crédito - Safra	(7.516)	(10.771)
Conta Garantida- usuários de cartões de crédito - Santander	(22.985)	(22.276)
Renegociações de créditos baixados - Art. 8º da Res. 2.682/99	(8.342)	(6.817)
	478.602	461.958

6. Imobilizado de uso

	Depreciação %	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Terrenos	-	2.253	-	2.253	2.253
Edificações	4	5.646	(2.096)	3.550	3.775
Veículos	20	542	(399)	143	148
Máquinas e equipamentos	20	20.414	(19.308)	1.106	1.242
Computadores e periféricos	20	20.833	(18.585)	2.248	2.046
Móveis e utensílios	10	2.094	(1.679)	415	331
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	3.725	(3.641)	84	144
		55.507	(45.708)	9.799	9.939

6.1 Movimentação do imobilizado de uso

	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Terrenos	2.253	-	2.253
Edificações	5.646	-	5.646
Veículos	493	49	542
Máquinas e equipamentos	19.874	540	20.414
Computadores e periféricos	19.715	1.118	20.833
Móveis e utensílios	1.940	154	2.094
Benfeitorias em imóveis	3.725	-	3.725
	53.646	1.861	55.507
Depreciação (deduzido PIS e COFINS)	(43.707)	(2.001)	(45.708)
Imobilizado de uso líquido da depreciação	9.939	(140)	9.799

6.2 Movimentação do ativo intangível

Os Ativos Intangíveis são resultantes de direitos contratuais de uso e licenças de programas de softwares, ativos não monetários identificáveis, sem substância física, que preenchem todos os critérios e os procedimentos para reconhecimento contábil previsto na Resolução BCB nº 7 de 12/08/2020.

Composição	Taxa média anual de amortização - %	Custo	31/12/2022		31/12/2021
			Amortização Acumulada *	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	-	6	-	6	6
Softwares	20%	18.395	(13.218)	5.177	5.565
Total do intangível		18.401	(13.218)	5.183	5.571

(*) A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional, denominada de amortizações.

7. Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ - Imposto de renda da pessoa jurídica	3.213	3.141
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido	2.413	2.965
ISSQN - Imposto sobre serviços	352	358
PIS e COFINS	1.117	1.117
INSS e FGTS	938	740
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	453	340
	8.486	8.661

8. Provisões para contingências – perdas prováveis

	31/12/2022	31/12/2021
Consumidor Código de defesa do consumidor	73	441
Trabalhista Ações trabalhistas	628	67
	701	508

9. Provisões e demais obrigações

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias e 13º salário	2.820	2.523
Contas a pagar	7	3
	2.827	2.526

10. Programa de Regularização Tributária – PRT (Liquidação do parcelamento espontâneo da CSLL), pago mediante a cessão de créditos fiscais (prejuízos fiscais) da Controladora SOCIC:

O valor de R\$ 13.360 refere-se a utilização de créditos de prejuízos fiscais cedido pela controladora SOCIC S/A, na forma prevista no Programa de Regularização Tributária – PRT instituída pela Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1687, de 3 de janeiro de 2017, mediante a opção prevista no inciso I, da IN RFB nº 1687/17, a liquidação do parcelamento está condicionada a homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB, conforme composição abaixo:

Valor do parcelamento consolidado em 14/02/2017	16.700
20% pago à vista no dia 14/02/2017	(3.340)
80% pago com a cessão de créditos fiscais da controladora, liquidação condicionada a homologação pela RFB.	13.360

11. Patrimônio Líquido

11.1 Capital social realizado

O capital social em 31 de dezembro de 2022 está representado por 63.027.576 ações, sendo: 55.370.340 ações ordinárias e 7.657.236 ações preferenciais, ações nominativas, sem valor nominal e de uma só classe e estão totalmente subscritas e integralizadas, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 03/11/2022, protocolada na Junta Comercial - JUCEPI, composto da seguinte forma:

Acionistas:	Quantidades de Ações			%	Capital Social em Milhares de Reais - R\$	
	Ordinárias	Preferenciais	Total		31/12/2022	31/12/2021
SOCIC S/A	50.315.109	6.259.813	56.574.922	89,76%	235.780	218.112
Colonial Ltda	2.922.194	807.462	3.729.656	5,92%	15.548	14.383
Virgínia de Medeiros Claudino Milani	1.811.473	500.979	2.312.452	3,67%	9.639	8.916
Valdecy Claudino	321.564	88.982	410.546	0,65%	1.709	1.581
Capital realizado	55.370.340	7.657.236	63.027.576	100,00%	262.676	242.992

Em 3 de novembro de 2022 foi aprovado o aumento do capital social de R\$ 259.405 (Duzentos e cinquenta e nove milhões quatrocentos e cinco mil reais), para R\$ 262.676 (Duzentos e sessenta e dois milhões seiscentos e setenta e seis mil reais), representando um aumento de capital no valor de R\$ 2.371 (três milhões duzentos e setenta e um mil reais), com emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da conta Dividendos Mínimo Obrigatório.

11.2 Reserva legal

Está representada pelo montante constituído com base na multiplicação do Lucro Líquido do Exercício pelo percentual de 5%. Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O Saldo da reserva em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.497 (R\$ 6.598 em 31 de dezembro de 2.021).

11.3 Dividendos adicionais propostos (obrigatórios e adicionais)

Do Lucro Líquido do Exercício, após a dedução da reserva legal, foi destinado os dividendos mínimos obrigatórios na ordem de 25%. Após essas destinações, o saldo remanescente de Lucro Líquido apurado no exercício de 2022 no valor de R\$ 21.337 (R\$ 20.442 no exercício de 2021) está sendo proposto como dividendos adicionais, sendo registrado de forma segregada no grupo “Reserva especial de lucro”, do patrimônio líquido, conforme art. 14 da Resolução BCB nº 66 de 26/01/2021.

A Companhia poderá levantar Balanços Intercalares semestrais, por deliberação da própria diretoria ou por provocação dos acionistas, permitindo a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários com base no próprio lucro do exercício ou à conta de “Reservas especiais de lucros” existentes no último balanço anual ou semestral.

Os dividendos foram calculados conforme abaixo demonstrado:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do semestre	29.947	28.692
(-) Reserva legal	5% (1.497)	(1.435)
Base de Cálculo dos dividendos Mínimos Obrigatórios	28.450	27.257
(-) Dividendos Mínimos Obrigatórios	25% (7.113)	(6.815)
Dividendos adicionais propostos	-	20.442
Reserva especial de lucro	21.337	-

12. Transações e saldos com partes relacionadas

Em suas atividades habituais e em condições de mercado, são mantidas pela Companhia operações com partes relacionadas.

Apresentamos abaixo os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, das transações entre partes relacionadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas - cessão de créditos fiscais PRT	13.360	13.360
Total das transações e saldos com partes relacionadas	13.360	13.360

13. Receita operacional líquida

	Exercícios		
	2º semestre 2022	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	66.431	131.794	133.179
Comissões de estabelecimentos comerciais	31.462	61.188	61.015
Aval, garantia e gestão administrativa	23.290	46.781	46.742
Aluguel de POS	5.077	10.206	10.262
Seguro massificado	6.602	13.619	15.160
Impostos incidentes sobre serviços faturados	(8.047)	(15.930)	(16.129)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	58.384	115.864	117.050

14. Custos e despesas por natureza

	2º semestre 2022		2022		2021	
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	58.384	100%	115.864	100%	117.050	100%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	32.362	28%	60.470	52%	56.381	48%
Salários e encargos sociais	21.511	19%	38.355	33%	34.346	29%
Correios	1.724	1%	3.391	3%	3.632	3%
Telecomunicações	1.697	1%	3.449	3%	3.426	3%
Serviços prestados por terceiros	4.114	4%	10.290	9%	11.772	10%
Serviços técnicos e profissionais	3.277	3%	4.897	4%	3.121	3%
Demais custos	39	0%	88	0%	84	0%
DESPESAS OPERACIONAIS	8.946	8%	14.895	13%	9.531	8%
Com Vendas	3.155	3%	5.036	4%	2.730	2%
Administrativas	5.259	5%	8.787	8%	6.212	5%
Tributárias	532	0%	1.072	1%	589	1%
TOTAL DE CUSTOS E DESPESAS	41.308	36%	75.365	65%	65.912	56%

15. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos	25.042	26.509
Alíquota nominal: 25% de IRPJ e 15% de CSLL	40,0%	40,0%
Despesa teórica de IRPJ e CSLL	(10.017)	(10.604)
(+/-) Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Adições permanentes	(476)	(124)
Adições temporárias	-	(676)
Exclusões temporárias	84	-
Parcela isenta do adicional de 10% do IRPJ	12	12
Redução do imposto por incentivo fiscal - PAT	23	89
Despesa efetiva de IRPJ e CSLL corrente	(10.374)	(11.303)
<i>Alíquota efetiva dos impostos sobre o lucro</i>	-41,4%	-42,6%
Resultado do IRPJ e CSLL diferido	84	(676)

A Companhia não efetuou o registro contábil das diferenças temporárias dedutíveis como ativo fiscal diferido. Essa prática está vinculada ao atendimento das condições cumulativas previstas no art. 4º da resolução BCB nº 15 em vigor a partir de 01/01/2021.

16. Resultado financeiro líquido de tributos

	2º semestre 2022		Exercícios	
	31/12/2022	2022	2021	
Descontos financeiros obtidos	19	35	56	
Rendas de antecipações	9.259	16.650	6.610	
Multas, juros e encargos recebidos de usuário de cartão de crédito	8.725	17.828	12.463	
Rendimentos de aplicações financeiras	10.434	18.119	5.610	
(-) Tributos (PIS e COFINS)	(1.322)	(2.447)	(1.150)	
Total das Receitas Financeiras	27.115	50.185	23.589	
(-) Taxas de recebimentos por estabelecimentos credenciados	(1.136)	(2.323)	(2.701)	
(-) Tarifas bancárias	(2.260)	(4.278)	(3.832)	
(-) Juros sobre empréstimos	(371)	(549)	(275)	
(-) Juros de mora	(29)	(41)	(181)	
Total das Despesas Financeiras	(3.796)	(7.191)	(6.989)	
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	23.319	42.994	16.600	

17. Informações adicionais

Contingências classificadas como perdas possíveis

Adicionalmente, informamos que a Companhia possui ações tributárias, trabalhistas, cíveis e com o consumidor em 31/12/2022 no valor de R\$ 6.697 e R\$ 6.303 em 31 de dezembro de 2021, essas ações ajuizadas ou em fase de judicialização envolvem riscos de perdas avaliadas como possíveis por nossos assessores jurídicos, para as quais não foram constituídas provisões, sendo sua composição:

Processos em discussão judicial e avaliados como perdas possíveis		valores originais atualizados	
		31/12/2022	31/12/2021
Natureza	Composição dos Processos		
ISSQN	Impugnação de cobrança indevida do ISSQN sobre a locação de POS e	2.057	1.925
Auto Infração	sobre a concessão de aval e garantias aos usuários de cartões;		
PIS/COFINS	Impugnação da glosa decorrente do aproveitamento de créditos de	4.585	4.250
Auto Infração	insumos relacionados as atividades fins da administração de cartões;		
	Provisões para riscos trabalhistas;	-	15
	Provisões para riscos cíveis;	-	46
	Provisões para riscos com o consumidor;	55	67
		6.697	6.303

18. Gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Liquidez
- Risco de crédito
- Risco operacional
- Risco de capital

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gestão do capital.

Estrutura do gerenciamento de riscos

As políticas de gerenciamento de riscos em processo da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, monitorando aderência aos limites. As políticas e os Sistemas de Gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para serem adequados às mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julga adequados por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A administração entende que o risco é reduzido.

Risco de crédito

O risco é mitigado devido as políticas conservadoras adotadas pela Companhia na gestão de crédito rotativo concedido aos portadores de cartão.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos: pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Um dos objetivos da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, por isso busca eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída ao comitê de riscos. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas respectivas áreas.

Risco de capital

A Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020, art. 35, II, orienta que as notas explicativas contenham informações específicas sobre a gestão do capital, abrangendo informações qualitativas e dados quantitativos que evidenciem a forma como a Companhia administra seu capital, sua evolução comparativa com o período anterior, bem como os elementos do atual nível dos índices de capital regulatório.

A gestão do capital da Companhia tem como objetivo prever e suprir o capital necessário para suportar de forma sustentável o seu crescimento e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a destinar, permanentemente, reservas e lucros que deverão ser incorporados ao patrimônio líquido, ajustado sempre acima do percentual mínimo requerido.

A Circular nº 3.681, de 04/11/2013, art. 9º, dispõe sobre os requerimentos mínimo de patrimônio a serem adotados pelas instituições emissoras ou credenciadoras de instrumento de pagamento pós-pago. Estabelece que a instituição deve manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor médio mensal das transações de pagamento executadas nos últimos 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 285.510, equivalente a 14% do valor médio das transações nos últimos 12 (doze) meses, superior a 2% (dois por cento) do percentual mínimo do patrimônio líquido requerido, sendo 12 p.p acima do limite requerido.

19. Instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros não-derivativos como contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como fornecedores e outras dívidas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros ou com o objetivo de especulação.

Caixa e equivalentes de caixa: são avaliados pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável.

Contas a receber e estabelecimentos credenciados: decorrem diretamente das operações da Companhia, estão registradas pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Financiamentos e Empréstimos: quando aplicáveis, são reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“*pro-rata temporis*”), líquidos dos pagamentos efetuados. O valor registrado e as taxas de captação dos empréstimos aproximam-se do valor de mercado.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não possuía saldos de ativos financeiros mantidos para negociação ou designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Os ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. São considerados deteriorados/valorizados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

20. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia são sensíveis as variações decorrentes das operações financeiras atreladas as flutuações nas taxas de juros, isso faz com que os rendimentos de aplicações financeiras e as rendas de antecipações sejam substancialmente afetadas pelas flutuações nas taxas de juros, a exemplo da taxa do CDI. Para reduzir eventuais riscos de exposição às taxas de juros, a Companhia aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. A aplicação estratégica dessas “reservas” tem como objetivo assegurar a liquidez no curtíssimo prazo advindos do risco de crédito em tempos de incertezas, protegendo-se de eventuais resultados adversos ou imprevisíveis e da volatilidade do mercado, precavendo-se para adequações repentinas adotadas pelos responsáveis na condução da política monetária ou econômica.

As métricas de apuração da lucratividade da Companhia quando medidas a partir das taxas médias de juros praticadas no 2º semestre de 2022 e sensibilizadas com taxas mais baixas de 10%; 25%; 50% e 75%, utilizadas para testar os limites de estresse em cenários de riscos e mantendo as demais variáveis constantes, apura-se reduções nos resultados, conforme análise de sensibilidade abaixo demonstrada:

Resultados	31/12/2022 Sensibilidade nas variações das taxas de juros				
	realizado	-10%	-25%	-50%	-75%
Lucros antes dos impostos e das receitas financeiras atreladas a taxa de juros	18.612	18.612	18.612	18.612	18.612
Rendimentos de aplicações financeiras	18.120	16.308	13.590	9.060	4.530
Rendas de antecipações	16.650	14.985	12.488	8.325	4.163
(-) Tributos incidentes sobre as rendas	(1.617)	(1.455)	(1.213)	(809)	(404)
Lucro antes dos impostos	51.765	48.450	43.477	35.188	26.901
Imposto de renda e contribuição social	(10.633)	(9.952)	(8.931)	(7.228)	(5.526)
Lucro líquido do exercício	41.132	38.498	34.546	27.960	21.375

Os resultados da Companhia são impactados somente pelas flutuações nas taxas de juros. Outras variáveis não controláveis, tais como, flutuações no volume financeiro das transações, quantidade de transações capturadas, flutuações no ticket médio de compras, não foram consideradas na análise de sensibilidade.

A Companhia não possui investimentos em operações de hedge, derivativos, empréstimos e financiamentos, ativos ou passivos sujeitos as oscilações cambiais, que possam afetar seus resultados ou provocar reduções adversas no seu patrimônio líquido, o uso do capital próprio no curso normal de suas atividades como administradora de cartões, mitiga os riscos de liquidez, liberando e direcionando a administração para controlar os riscos de crédito e operacional com eficiência e frequência.

A análise de sensibilidade acima demonstrada, atende aos requisitos exigidos pela Resolução BCB nº 2, art. 35, I, e a depender do cenário atual sinalizado pelo Copom, que avaliou a necessidade de continuar sua política de aumentar a taxa básica de juros Selic em menores magnitudes sem previsão de reduções no curto e médio prazo, é esperado pela administração que os resultados para os próximos 12 (doze) meses se mantenham ou sejam mais promissores que os apurados no 2º semestre de 2022.

Espera-se que os resultados sejam impulsionados pelos auxílios emergenciais adicionais e temporários até o final de dezembro de 2022, que visa proteger as pessoas em situação de vulnerabilidade, o que irá ajudar na recomposição parcial do poder aquisitivo dos usuários de cartões.

21. Resultados não recorrentes

A Companhia não possui despesas e/ou receitas não recorrentes, que em relação ao período de divulgação, possam impulsionar os resultados ou piorá-los, muito menos influenciar na análise de sensibilidade.

22. Advogados

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões tributárias e trabalhistas.

Com base nas informações de sua assessoria jurídica, nas análises das demandas pendentes e em experiências anteriores, constituiu provisões consideradas suficientes para cobrir eventuais desembolsos futuros, classificadas e contabilizadas no exercício corrente conforme *Notas Explicativas nº 8. (Perdas Prováveis) 17. (Perdas Possíveis)*.

23. Seguros (não auditado)

A Companhia mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia é prestadora de serviços; logo, não possui grande dependência de ativos tangíveis.

24. Evento subsequente

O Plano para a Implementação da Regulamentação Contábil – PIRC, elaborado para adoção e convergência às normas internacionais de contabilidade CPC 48/IFRS 9, está circunscrito aos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros estabelecidos na Resolução BCB nº 219, de 30/03/2022.

O modelo de gestão de ativos da CREDI-SHOP é de natureza mercantil, seu campo de atuação está delimitado à atividade de prestação de serviços, sua finalidade é viabilizar a realização de negócios entre vendedores, fornecedores, prestadores de serviços e consumidores, modelo de negócio de uma genuína administradora de cartões de crédito, não pratica quaisquer atividades de intermediação financeira, não possui investimentos em operações de hedge, derivativos, empréstimos e financiamentos, ativos ou passivos sujeitos as oscilações cambiais, que possam provocar reduções adversas na sua situação patrimonial ou afetar seus resultados.

A diretoria da CREDI-SHOP ao longo do processo de transição e harmonização aos padrões internacionais CPC 48/IFRS 9 elegerá a melhor metodologia simplificada de apuração da PPERIC que deverá levar em consideração os requisitos mínimos estipulados nos itens I e II do art. 43 da Resolução BCB nº 219, sem perder de vista o equilíbrio entre relevância, confiabilidade e objetividade. A PPERIC depende de diversas variáveis e deve ser conjugada com outras análises internas além das previstas na regulamentação.

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Diretoria Estatutária

Diretora Presidente

Virgínia de Medeiros Cla



Diretor Superintendente

Luís Aécio Germano Maaalhães



Diretor Administrativo

Ismael Francisco Andrade Vilela dos Santos



Diretora de Marketing

Vera Lúcia de Medeiros Claudino Mell



Diretora de Compliance e Ouvidoria

Josénice Vieira dos Reis



Diretor de Crédito e Recuperação

Emerson de Carvalho Breves



Teresina, PI, 31 de março de 2023



Virgínia de M. C. Milani
Diretora Presidente



Idomá Gomes de Oliveira
Contador: CRC PI – 004874/O-9 T-PA